

Ata da 2ª Reunião Extraordinária do CONSEC realizada em 30 de abril de 2024.

Ata da 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual da Cultura – CONSEC. Às nove horas do dia trinta de abril de dois mil e vinte quatro, deu-se início à Segunda Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Cultura, na modalidade virtual. Participaram desta reunião os Conselheiros: André Avelino da Silva, Dhionata Macena da Silva, Eder Fernando Nascimento, Ester Marçal Fér, Israel Domingues de Carvalho, Junior Paulinho Niszcza, Leonardo Schenato Barroso, Luiza Przwitowski Nogueira dos Santos, Maria Agar Vieira Borba Ferreira, Maria Léa Fragate, Rosane Arminda Pereira, Simone Zanella Ferreira Hartmann, Solange Cristina Batigliana, Susylene Batista de Oliveira, Thayse Cancela Christo de Souza, Wanessa Cardoso Wiacek Hoinacki, Edimar Matias da Silva, Laura Inês Sada Haddad, Claudia Chipon Staude, Mariah Fank, Bruna Juliana Watte Oenning, Fabrício Lino, Inês Kiyomi Koguissi, James Rios Oliveira Santos, Maria Angela Plahtyn Torres, bem como a Presidente da reunião, a Secretária de Cultura do Paraná, Luciana Casagrande Pereira Ferreira. A Secretária Luciana deu início a reunião, lembrando a todos a pauta da mesma: Plano Anual de Aplicação de Recursos (PAAR), e a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB). Assim, a Secretária agradeceu a presença de todos e realizou o registro de presença através da lista de chamada. Tendo em vista que durante a última reunião do CONSEC houve uma votação para que a leitura da ata da reunião não seja feita durante os encontros do Conselho, mas sim anteriormente, e considerando que a Conselheira Thayse solicitou alterações na ata da 2ª Reunião Ordinária do CONSEC, a Secretária informou a todos que, então, a ata da 2ª Reunião Ordinária do CONSEC não seria aprovada hoje, mas sim na próxima reunião, quando todas as alterações solicitadas estivessem feitas. Além disso, Luciana lembrou os Conselheiros de que serão realizados resumos das atas de reunião, contendo os principais assuntos tratados. No entanto, Luciana precisou chamar a atenção do CONSEC quanto a uma situação que ocorreu no dia anterior, em que, a ata da reunião passada, ainda não aprovada, foi colocada em circulação em grupos do *whatsapp*, externos ao CONSEC. Assim, solicita-se que os membros do Conselho tenham respeito com os colegas, e responsabilidade em não divulgar documentos que ainda não foram aprovados, sendo isso algo muito sério, e que faz com que o Conselho perca sua credibilidade, especialmente considerando que a ata ainda passará por alterações. No chat da reunião, o Conselheiro Leonardo Barroso disse “(...) se a ata não foi aprovada, não é documento oficial, é uma minuta, e isso realmente é sério: se fosse uma minuta de um edital, por exemplo, estaríamos prejudicando todo o processo”. Em seguida, a Secretária passou a palavra para André Avelino, que iniciou uma apresentação sobre o PAAR e a PNAB. Essa apresentação é resultado de uma escuta e uma pesquisa realizada pela SEEC para com a PNAB e com a LPG. Luciana informou ainda que, sendo aprovada, dar-se-á início a uma nova rodada de escuta pública, passando por todas as Macrorregiões com reuniões presenciais. Assim, apresentou-se a proposta da SEEC para o Plano Anual de Aplicação de Recursos (PAAR), que está vinculado à Política Nacional Aldir Blanc (PNAB). André discorreu sobre o histórico da Lei Aldir Blanc em 2022, contextualizando como o PAAR está previsto na LAB e os eixos que foram levantados nas

41 audiências públicas. Dessa forma, a proposta da SEEC é com base nos pontos que foram levantados  
42 nas audiências públicas que ocorreram em 2022, complementado pela execução da LPG e os eixos  
43 que já foram executados em 2023/2024. Em seguida, André entrou em detalhes sobre o que deve  
44 constar no PAAR, como os dois tipos de Plano de Ação, e as metas e ações que constituem estes  
45 planos, observando também a diferença entre os tipos. Existem então, anualmente, três fases de  
46 execução dentro da PNAB, sendo: o Plano de Ação, o PAAR, e a execução propriamente dita.  
47 Nessa linha, o PAAR não é uma decisão final, mas sim uma indicação Apresentou-se a divisão de  
48 recursos no estado do Paraná para as metas 1 e 2, sendo: meta 1 - Ações Gerais; meta 2: Política  
49 Nacional Cultura Viva; e a planilha retirada da plataforma Transferegov, que é o Plano de Ação que  
50 foi apresentado pelo governo do estado do Paraná. É, então, a partir deste Plano de Ação, das  
51 oitivas realizadas, somado aos resultados dos eixos que foram executados na LPG, que a Secretaria  
52 de Estado da Cultura traz essa proposta de Eixos-PNAB para o Conselho, para que depois isso  
53 possa ser trabalhado em audiências públicas nas oito macrorregiões do Estado, sendo estes: **Eixo 1-**  
54 **Qualificação;** Subeixo 1- Qualificação de Produtores; Subeixo 2- Qualificação de Artistas  
55 (linguagens) e Técnicos no Audiovisual e Demais Áreas; Subeixo 3- Qualificação de Espectadores.  
56 A Secretária pediu a palavra para falar sobre o eixo de Qualificação, havendo uma grande demanda  
57 da sociedade para qualificar gestores, algo que não consta nessa proposta mas será realizado, sendo  
58 uma missão da SEEC ofertar um programa específico para a qualificação de gestores e gestoras.  
59 Esse programa, no entanto, não utilizará os recursos da PNAB. André retomou a apresentação dos  
60 eixos. **Eixo 2-** Fomento; Subeixo 1- Editais de Fomento para cada Macrorregião; Subeixo 2-  
61 Caminhos da Arte (teatro para idosos); Subeixo 3- Cinema na Praça (edição especial para idosos);  
62 **Eixo 3-** Subsídio a equipamentos culturais; **Eixo 4-** Paraná Festivais - Programa de Ecossistema  
63 Cultural (Festivais e Economia Criativa); **Eixo 5-** Cultura Viva; Subeixo 1- Pontos de Cultura;  
64 Subeixo 2- Pontões de Cultura; **Eixo 6-** Preservação de Patrimônio Cultural; **Eixo 7-** Custos  
65 Operacionais. André encerrou a apresentação lembrando os Conselheiros que se trata de uma  
66 proposta da SEEC, mas que a construção se dá mediante o diálogo com o Conselho, com a  
67 sociedade civil e com as próximas audiências públicas que acontecerão nas oito macrorregiões. A  
68 Secretaria abriu a palavra para que os Conselheiros se manifestassem. Ester pediu a palavra,  
69 agradeceu pela informação, e relatou sentir dificuldade com as diretrizes gerais, por virem de um  
70 histórico com a LPG, e agora tendo a PNAB uma outra configuração, apesar da continuidade no  
71 sentido dos eixos, pedindo para que ficasse mais claro como irão funcionar esses eixos e  
72 cronogramas, se estes irão prever a criação e abertura de editais ou programas específicos, e as  
73 diferenças entre os eixos. Dando como exemplo o Eixo 2, ela perguntou se haverá um programa  
74 criado pela Secretaria ou um edital de formação para a população, que se inscreva em um edital  
75 aberto, ou se isso será construído efetivamente pela SEEC enquanto um programa específico. Ester  
76 acrescentou ainda ficar muito feliz em ver os Pontos de Cultura, por serem fundamentais, e que  
77 havia tempo que se fazia necessário um incentivo para isso. Reiterando sua questão, a Conselheira  
78 afirmou que a dúvida vem da especificidade do Eixo 2, tendo em vista que, o Cinema na Praça, por  
79 exemplo, já é uma política constituída e se essa será uma continuidade dessa política que já vem  
80 sendo realizada pela Secretaria com uma destinação específica para esse tipo de programa, e não um  
81 edital aberto para projetos e produtores de cultura. A Secretária respondeu que o Cinema na Praça é  
82 um edital aberto, que a primeira edição foi realizada pela SEEC, mas que a partir da segunda edição

83 ele já se tornou aberto, onde os produtores podem se inscrever com suas propostas, havendo, no  
84 entanto, uma delimitação dos municípios pelo perfil destes e os lotes regionais, tratando-se de ser  
85 um recurso distribuído para a sociedade civil. Quanto ao eixo de qualificação, será um edital aberto,  
86 mas a Secretaria vai determinar claramente as diretrizes, citando que o edital da LPG foi muito  
87 aberto e isso trouxe dificuldades, assim, o objetivo é ter um escopo bem definido. André disse que a  
88 questão da qualificação é uma tentativa de ser uma linha programática, em razão desse resultado da  
89 LPG, e especialmente em outras áreas, vendo os editais de qualificação. A Secretária passou a  
90 palavra para Thayse, que disse que gostaria de fazer um comentário sobre a qualificação para esses  
91 editais. Ela disse que os editais abertos da LPG tinham a especificidade de Audiovisual, e que agora  
92 o projeto vai abranger outras áreas, e chamou atenção para que olhassem para os pequenos  
93 produtores de cultura, locais e regionais, com qualificação, que poderiam participar e trazer cursos  
94 para os fazedores de cultura locais, por entenderem até melhor as necessidades de seus municípios.  
95 Apesar de o saldo ter sido positivo, ela temia que isso ficasse só com as universidades, como  
96 aconteceu no passado, com outros projetos. André pediu para complementar, dizendo que houve  
97 dois editais para qualificação na LPG, um de Audiovisual (com direcionamento de cursos) e outro  
98 para todas as áreas exceto Audiovisual (sem direcionamento/livre). Inclusive, sobraram recursos  
99 deste edital para outras áreas, e quando ele encerrar (está em habilitação), haverá a necessidade de  
100 redistribuir esse recurso, o que se acredita ser resultado dessa falta de direcionamento. A ideia agora  
101 é fazer um edital aberto, mas com as linhas já desenhadas. A Secretária agradeceu as contribuições  
102 e passou a palavra para Leonardo, que relatou estar muito feliz com a escolha e o direcionamento  
103 dos eixos, sendo condizentes com as demandas da sociedade civil, fazendo destaque para o Paraná  
104 Festivais, que foi um edital muito animador, mas que a divulgação para a sociedade civil só  
105 aconteceu muito perto do encerramento dos prazos. O Conselheiro também solicitou que continue  
106 acontecendo essa separação entre capital, região metropolitana e interior, uma vez que isso  
107 incentiva o desejo de continuar fazendo esses festivais, e que essa linha deve ser para a sociedade  
108 civil, e não para a gestão. Em seguida, perguntou se já há uma linha traçada a respeito dos  
109 equipamentos culturais, se será encaminhado para aqueles ligados também para a gestão, ou se  
110 apenas para aqueles ligados à sociedade civil, e qual será a linha de aplicação para isso. André  
111 respondeu às dúvidas de Leonardo, dizendo que existem duas linhas para equipamentos culturais,  
112 uma para patrimônio cultural, e uma de subsídio, tendo esta segunda sido muito estudada desde a  
113 LAB, vista a execução do subsídio pelos municípios. A SEEC disponibilizou o sistema SIC Cultura  
114 para que os municípios fizessem o cadastramento das propostas de solicitação de subsídio, mas, a  
115 partir do relato destes municípios, perceberam-se algumas dificuldades apesar da regulamentação e  
116 dos auxílios da Secretaria. A ideia é não sair muito da linha do que é o Cultura Viva, mas não  
117 confundir a Política Nacional Cultura Viva com o subsídio, apesar de ser difícil não pensar em  
118 executar o subsídio como ele está disposto na Cultura Viva. Faz-se necessário sentir o que os  
119 equipamentos vão trazer na realidade das pessoas para executar isso de forma segura. A Secretária  
120 perguntou se o Conselheiro queria saber sobre os equipamentos de Irati. Leonardo falou de  
121 equipamentos de Irati (que são patrimônio), e que seria algo que eles gostariam de pensar sobre e  
122 entender como irão funcionar essas propostas. A Secretária Luciana disse que a ideia é justamente  
123 essa de definir as linhas de atuação, fazer audiências públicas para ouvir a sociedade civil e alinhar  
124 essas propostas, e passar pelo Conselho novamente, de forma que os ajustes das propostas sejam

125 realizados ao longo do processo de acordo com as necessidades. Luciana passou a palavra para a  
126 Conselheira Susylene, que deu bom dia a todos e falou que ficou com uma dúvida sobre o trabalho  
127 feito através do conselho em Maringá e a PNAB, relatando que após algum tempo de trabalhadas as  
128 audiências e os fóruns, optou-se pela destinação de uma verba para a formalização dos Pontos de  
129 Cultura, juntamente com centros que ainda não estão institucionalizados, mas que já atuam,  
130 perguntando então se há alguma demanda nesse sentido e previsão de investimento, tendo em vista  
131 dificuldades vividas na LPG com questões como acessibilidade digital, questionando então se  
132 através da busca ativa seria possível operacionalizar ações que diminuíssem estas dificuldades.  
133 André respondeu, dizendo que quanto a Política Nacional Cultura Viva, a ideia de Susylene é  
134 excelente e que deve ser de fato discutida. Complementou dizendo que a SEEC já fez algumas  
135 rodadas de tentativas de contato com os Pontos e Pontões de Cultura do Paraná, e que, no último  
136 edital do MinC, o Paraná não teve nenhum Pontão reconhecido, sendo isso algo que está em  
137 discussão entre a SEEC e o escritório do MinC. Em referência ao que foi discutido no dia anterior  
138 com o MinC em relação aos Pontos e Pontões do estado, pareceu que iniciativas que ainda não são  
139 Pontos e Pontões podem se cadastrar nessas categorias, propondo uma estratégia de validar esses  
140 espaços através do cadastro e inscrição em edital. A Secretária agradeceu a fala de André e passou a  
141 palavra para o Conselheiro Dhionata. Dhionata perguntou sobre a possibilidade de um repasse ao  
142 Fundo de Cultura das secretarias da PNAB, relatando que é mais fácil essa troca e repasse entre eles  
143 das secretarias das cidades do interior com os produtores de cultura dos municípios, perguntando  
144 então se o Estado pensa em fazer algum tipo de repasse direcionado aos municípios. A Secretária  
145 disse que esse repasse com o objetivo de fomento não está nos planos, mas que esses editais  
146 regionais irão acontecer. Luciana questionou então por que o Conselheiro acredita que o artista  
147 participa dos editais da prefeitura e não daqueles do estado. Dhionata disse que acreditava ser por  
148 falta de acesso e de conhecimento, falta de assistência para montar o seu projeto, o que o município  
149 oferece, mas que pelo estado, na plataforma, eles acham muito difícil e complicado, e não tem  
150 costume com a linguagem e o meio das plataformas. Por essa razão, o Conselheiro disse que a  
151 SEEC faz um trabalho muito importante em relação a qualificação dos artistas e gestores, mas que  
152 também cabe que o município corra atrás para promover essa qualificação. Luciana agradeceu e  
153 pediu para André levantar quais são as diferenças dos editais de Goioerê e de Curitiba, para  
154 verificar quais as dificuldades e facilidades de cada um. Em seguida ela passou a palavra para  
155 André, que falou sobre a instituição do Sistema Nacional de Cultura, originária de uma emenda de  
156 2012, e que a regulamentação desse sistema veio agora, então é importante compreender a  
157 construção desse sistema e dos repasses, explicando também que a ideia de cofinanciamento na  
158 construção de políticas públicas é muito recente, mas que deve vir a se aprofundar, a longo prazo,  
159 através do sistema de informações culturais. André discorreu ainda sobre o fortalecimento do  
160 sistema, das adaptações e melhorias que virão. A Secretária passou a palavra para Maria Léa, que  
161 desejou complementar nessa questão, dizendo que os artistas costumam querer que eles facilitem e  
162 façam as inscrições em seus lugares, argumentando ainda que facilitar demais a inscrição dos  
163 projetos apresenta pontos negativos, visto que isso faz com que os artistas e produtores culturais  
164 pensem que esse dever seja dos gestores. No entanto, ela também disse que quando não se facilita,  
165 eles não se inscrevem. Os artistas apresentam dificuldade na leitura e compreensão do edital, e que  
166 normalmente não sabem produzir um projeto que venda o produto. Falando ainda sobre sua

167 realidade, a Conselheira informou que os artistas não têm portfólio, e por estarem em um estado de  
168 desorganização, sentem medo do processo de inscrição em editais promovidos pelo estado. Solange  
169 Batigliana perguntou sobre a perspectiva de calendário deste trabalho de escuta que será feito.  
170 Luciana disse que haverá uma reunião hoje para tratar desse assunto, e que a ideia é que sejam dois  
171 municípios por dia, nos finais de semana e no período da noite. Para que seja possível estar em  
172 todos os municípios, estão dependendo de liberação de aeronave do governo, então aguarda-se a  
173 resposta quanto a essa questão. Assim, a Secretária informou que assim que o calendário oficial  
174 estivesse disponível, os Conselheiros seriam avisados, e pediu o apoio destes para que houvesse  
175 bastante gente participando. A Secretária falou sobre a ideia de ter uma reunião do CONSEC,  
176 online, ainda em maio, para preencher o PAAR. A Conselheira Solange fez um comentário sobre  
177 essa proposta dos eixos ser muito interessante e importante, e quanto a relevância da ação de  
178 atender os municípios e o Paraná Festivals, dizendo ainda que achou muito positiva a proposta  
179 apresentada pela SEEC. Leonardo pediu a palavra para trazer novamente (comentado na reunião  
180 passada) a questão do SIC Cultura, fazendo a defesa deste sistema frente ao mapa da cultura do  
181 governo federal, visto que um colega dele que faz parte do ConEcta relatou como mais de 14 mil  
182 agentes inscritos de Santa Catarina perderam seus cadastros no mapa federal devido a uma  
183 atualização feita manualmente no sistema sem possuir *back-up*, sendo isto algo que nunca ocorreu  
184 no SIC Cultura. Nesse aspecto, o Conselheiro destacou perceber vários pontos positivos no sistema,  
185 especialmente em relação a segurança, e que só faltaria deixá-lo com uma cara mais amigável para  
186 o produtor de cultura. Quanto a falta de participação dos artistas nos editais do estado em vista dos  
187 municipais, Leonardo diz ver duas situações distintas, sendo uma do artista que ainda não possui o  
188 costume de participar de editais, ainda não está formalizado/profissionalizado, muito pela falta do  
189 poder público como um todo incentivando e dando retorno para sua produção. Nesse sentido, o  
190 artista acredita que o edital não é para ele, sendo necessário o trabalho da identidade de classe do  
191 trabalhador da cultura. Por outro lado, existe o perfil do artista que já está acostumado a participar e  
192 a ser contemplado em editais municipais, não possuindo assim interesse em aventurar-se a  
193 concorrer em editais do estado. Leonardo chamou atenção ainda para que, apesar do MinC ter  
194 vendido a ideia de editais simplificados e democratização total do acesso aos recursos, na prática,  
195 perceberam que faz-se necessário desenvolver um edital com todas as prerrogativas essenciais, visto  
196 que não obtiveram autorização para executar essa ideia de edital, uma vez que existem exigências  
197 mínimas. Então, é essencial trabalhar muito na capacitação dos artistas e pensar em formas que  
198 todos da cadeia cultural estejam prontos para essas exigências, pois não será possível passar por  
199 cima delas, e trabalhar também na divulgação dos editais do estado, para que, o quanto antes, estes  
200 sejam encaminhados para as comunicações locais dos conselheiros. Luciana agradeceu e  
201 respondeu que acredita que com a implantação dos Núcleos Regionais, com o trabalho dos ARCs, a  
202 equipe de conselheiros trabalhando nas suas regiões, e com os editais regionalizados haverá uma  
203 maior adesão de toda a classe cultural regional, de forma que eles se sintam representados e  
204 contemplados. A Secretária passou a fala para Susylene. A Conselheira Susylene informou que faria  
205 uma fala quanto aos comentários que percebeu na reunião, e em resposta a fala da Conselheira  
206 Maria Léa, citando conceitos da filósofa brasileira Djamila Ribeiro, que discorre quanto ao perigo  
207 da fala sobre a universalidade, e a questão da separação entre o eu e o “outro”, sendo este  
208 posicionamento de demarcação do outro uma característica de população branca de tradição

209 europeia, que marginaliza pessoas, grupos e povos que não se encaixam nesse padrão, de forma que  
210 o “outro” não é incluído no “nós” que deveria ser o Estado. Nessa linha, Susylene disse que acredita  
211 que o trabalho do conjunto vem no sentido de amenizar as desigualdades sociais, então é preciso ter  
212 uma compreensão das relações histórico-sociais das regiões e da realidade das cidades, relatando  
213 que em Apucarana existe o questionamento quanto à coordenação da pasta local, que é coordenada  
214 pelo segmento do *ballet*, sendo esta uma cultura tradicional. Então, existem dificuldades de  
215 estruturas históricas, que passam por violências de raça, de gênero, letramento, entre outras, sendo  
216 assim necessário ter um olhar de empatia frente a isso, ou ao menos ausentar-se da fala quando não  
217 possuir uma empatia linguística para tratar de uma população que está em vulnerabilidade, tornando  
218 complicado posicionar-se como uma liderança e ter um papel de gestão, sendo preciso falar sobre  
219 situações e essas ideias, visando caminhar para o avanço e buscar um processo de formação humana  
220 para minimizar a distância do gestor frente a sociedade civil, tendo em vista que o funcionalismo  
221 público existe para representar a todos. A Secretária agradeceu a contribuição da Conselheira  
222 Susylene e, dando seguimento, colocou em votação a sugestão da SEEC quanto ao PAAR,  
223 lembrando que se trata de uma aprovação para levar essa sugestão até a sociedade civil, e que após  
224 a escuta da sociedade civil, haverá uma ratificação ou retificação em reunião com o Conselho, por  
225 votação nominal. Solicitando que caso alguém não concorde, se manifeste, a sugestão foi aprovada  
226 por unanimidade. Nos informes gerais, foram apresentados dois assuntos. Luciana relatou que a  
227 SEEC teve uma reunião na semana anterior, na Assembleia Legislativa juntamente do Deputado  
228 Goura e convidados da sociedade civil, em que foi sugerido pelo deputado que houvesse uma  
229 reunião mensal com a sociedade civil, o que a Secretária achou interessante, desejando, no entanto  
230 trazer essa questão ao CONSEC visto que ela entende que os verdadeiros representantes da  
231 sociedade civil são os conselheiros eleitos, afirmando porém que esses diálogos com a sociedade  
232 não confronta o papel do Conselho, uma vez que este é deliberativo, e esse programa será um  
233 momento de escutas e falas, sem deliberações. Tendo então em vista o papel dos conselheiros  
234 eleitos enquanto verdadeiros representantes da sociedade civil e por uma questão de respeito, a  
235 Secretária abriu a palavra para os membros do Conselho expressarem seus sentimentos sobre.  
236 Passou-se a palavra para a Conselheira Edimar, que participou da reunião citada pela Secretária, a  
237 qual buscou sua participação através da assessoria do deputado e as pessoas envolvidas para saber  
238 se sua presença seria acolhida. Considerando sua posição como conselheira e participando de  
239 grupos de fóruns de cultura, Edimar relatou que nem sempre se vê uma compatibilidade entre o que  
240 se é discutido nas reuniões do Conselho e o que de fato está acontecendo, não opinando naquilo em  
241 que ela não é testemunha. Edimar afirmou que é partidária de que se abra essa agenda com a classe  
242 artística, o SATED e quem for representado e convocado, até para que haja um esclarecimento  
243 quanto aos ruídos que estão acontecendo. A Conselheira relatou suas vivências com os povos de  
244 terreiro e as dificuldades destes com os projetos, argumentando, porém que não é possível afirmar  
245 que é culpa do estado se os projetos não são contemplados, visto que muitas vezes não há ao menos  
246 a inscrição ou o desejo da população de aprender como realizar esses processos burocráticos para  
247 ter acesso aos recursos culturais disponibilizados pelo estado. Edimar solicitou ainda que as  
248 informações sejam sempre trazidas e esclarecidas, buscando sempre a verdade. Falou sobre a  
249 surpresa ao descobrir que o Festival de Curitiba impetrou um mandado de segurança que impediu a  
250 liberação dos recursos e a continuidade dos editais, sendo isso uma opção administrativa, mas que

251 isso deveria ter constado dessa forma na mídia, para não parecer (como ficou parecendo) que fora  
252 uma má administração, ingerência e incompetência da SEEC em impedir os editais de darem  
253 continuidade, de forma que todos os artistas foram prejudicados e passaram a desacreditar em tudo  
254 que foi feito até agora. A Conselheira complementou ainda falando sobre a diferença na qualidade  
255 da escrita de alguns projetos em relação a outros, apontando que é necessário, para aqueles que têm  
256 dificuldade, buscar a ajuda de quem sabe. Luciana agradeceu e disse que a fala foi muito importante  
257 e enriquecedora, e disse que vai ter um diálogo com a sociedade sobre essa questão. Israel pediu pra  
258 falar. Ele disse que concorda com Edimar, e que é claro que haverá oposição e críticas, então os  
259 conselheiros precisam se posicionar em suas aprovações tendo claro que não vão agradar a todos,  
260 mas que é importante honrar essa representação da cultura. O Conselheiro afirmou ainda que faz  
261 questão de participar de uma reunião com o SATED, quando for possível, assim como a  
262 Conselheira Edimar, que também manifestou seu interesse. Então, a Secretária disse que vão  
263 estudar como fazer isso, algo no estilo dos “Ciclos de Diálogos”. Passando a palavra para André,  
264 este trouxe informação do SEBRAE, sobre se eles poderiam colaborar na estruturação dos planos  
265 setoriais, e a resposta é que sim, irá acontecer uma articulação de metodologia para isso. Assim, até  
266 o fim da semana haverá atualizações importantes sobre as setoriais. Em sequência, a Secretária  
267 Luciana perguntou se havia mais algum informe geral, agradeceu a participação de todos e encerrou  
268 a reunião. Sem nada mais a tratar, a reunião foi encerrada e secretariada por mim, Bárbara  
269 Beltramini Berto, que relatei esta ata e segue assinada por mim e pelos seguintes Conselheiros.

270

271 Presidente:

272 Luciana Casagrande Pereira Ferreira

273

274 Conselheiros Titulares:

275 André Avelino da Silva

276 Dhionata Macena da Silva

277 Eder Fernando Nascimento

278 Ester Marçal Férr

279 Israel Domingues de Carvalho

280 Junior Paulinho Niszcza

281 Leonardo Schenato Barroso

282 Luiza Przwitowski Nogueira dos Santos

283 Maria Agar Vieira Borba Ferreira

- 284 Maria Léa Fragate  
285 Rosane Arminda Pereira  
286 Simone Zanella Ferreira Hartmann  
287 Solange Cristina Batiglina  
288 Susylene Batista de Oliveira  
289 Thayse Cancela Christo de Souza  
290 Wanessa Cardoso Wiacek Hoinacki  
291  
292  
293 Suplentes:  
294 Bruna Juliana Watte Oenning  
295 Claudia Chipon Staude  
296 Edimar Matias da Silva  
297 Fabrício Lino  
298 Inês Kiyomi Koguissi  
299 James Rios Oliveira Santos  
300 Laura Inês Sada Haddad  
301 Maria Angela Plahtyn Torres  
302 Mariah Fank

Documento: **Atada2areuniaoextraordinariadoCONSECok.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Junior Paulinho Niszczak (XXX.330.109-XX)** em 28/05/2024 09:59 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Inês Kiyomi Koguissi (XXX.282.389-XX)** em 28/05/2024 10:06 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Leonardo Schenato Barroso (XXX.332.359-XX)** em 28/05/2024 11:13 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Edimar Matias da Silva (XXX.146.888-XX)** em 28/05/2024 11:15 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Eder Fernando do Nascimento (XXX.478.929-XX)** em 28/05/2024 11:31 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Andre Avelino da Silva (XXX.145.769-XX)** em 28/05/2024 12:23 Local: SEEC/DAFIC, **Luciana Casagrande Pereira Ferreira (XXX.516.129-XX)** em 28/05/2024 13:33 Local: SEEC/DG, **Wanessa Cardoso Wiacek Hoinacki (XXX.820.169-XX)** em 28/05/2024 16:02 Local: SEEC/CFIC, **Laura Inês Sada Haddad (XXX.310.459-XX)** em 28/05/2024 17:13 Local: SEEC/CDEC, **James Rios de Oliveira Santos (XXX.160.509-XX)** em 17/06/2024 15:38 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Maria Lea Fragate (XXX.177.129-XX)** em 05/07/2024 09:18 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Dhionata Macena da Silva (XXX.415.659-XX)** em 08/07/2024 11:01 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Rosane Arminda Pereira (XXX.156.269-XX)** em 08/07/2024 12:42 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Simone Zanella Ferreira Hartmann (XXX.294.999-XX)** em 09/07/2024 09:52 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Bruna Juliana Watte Oenning (XXX.478.989-XX)** em 24/07/2024 16:00 Local: CIDADAO.

Assinatura Simples realizada por: **Claudia Chipon Staude (XXX.805.759-XX)** em 28/05/2024 10:44 Local: SEEC/DG, **Solange Cristina Batigliana (XXX.821.849-XX)** em 28/05/2024 17:33 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Fabricio Cordeiro Lino (XXX.809.659-XX)** em 03/06/2024 08:48 Local: SEFA/DOE, **Thayse Cancela Christo de Souza (XXX.830.138-XX)** em 05/06/2024 09:21 Local: CIDADAO, **Maria Agar Vieira Borba Ferreira (XXX.182.309-XX)** em 05/07/2024 14:14 Local: CIDADAO, **Mariah Fank (XXX.550.289-XX)** em 08/07/2024 09:42 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Ester Marçal Fér (XXX.277.528-XX)** em 12/07/2024 11:35 Local: CIDADAO, **Israel Domingues de Carvalho (XXX.522.379-XX)** em 08/08/2024 17:20 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Luiza Prziwitowski Nogueira dos Santos (XXX.411.529-XX)** em 13/08/2024 09:05 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Susylene Batista de Oliveira (XXX.878.089-XX)** em 14/08/2024 09:56 Local: CIDADAO, **Maria Angela Plahtyn Torres (XXX.326.019-XX)** em 14/08/2024 10:44 Local: SEEC/CSEC/CONSEC.

Inserido ao protocolo **22.085.748-4** por: **Bárbara Beltramini Berto** em: 28/05/2024 09:54.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:  
**e8397d5ecc1a832cac7f461800561a82**.